vantagens ambientais dos produtos adquiridos, o gasto do governo com a compra compartilhada foi quase 50% menor do que o valor estimado na pesquisa de preços antes do pregão, representando economia de R$ 723 mil.

No entanto, a nascente legislação ainda enfrenta questionamentos pesados do setor privado, estratégico para o sucesso dessa política. "A IN 1 contém muitas imprecisões, incorreções e problemas conceituais, o que a torna difícil ou impossível de ser implementada", critica Nelson Pereira dos Reis, diretor do departamento de meio ambiente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

Um dos questionamentos refere-se à menção na IN 1 de atendimento às normas da série ISO 14000 de gestão ambiental para obras e serviços de engenharia. "A adoção da ISO 14001 (*certificação mais adotada da série ISO 14000*) só alcançou até hoje 5 mil empresas. Isso é muito pouco, quando comparado ao número de companhias que o governo mobiliza para suas compras", assinala Reis. Superadas as querelas legais, novos desafios estarão colocados para as empresas, que precisarão investir centenas de milhões de reais em adequação ambiental, levando em consideração apenas o estado de São Paulo, prevê o diretor da Fiesp.

"O poder público poderia fomentar novos negócios sustentáveis ao cobrar tributação mais baixa das empresas e sobretaxar produtos inadequados sob os prismas social e ambiental", afirma Luciana Stocco Betiol, coordenadora do programa Consumo Sustentável do GVces.

Segundo ela, o uso de licitações sustentáveis é previsto em duas leis federais recentes – a Política Nacional de Resíduos Sólidos, de agosto de 2010, e a Política Nacional sobre Mudança do Clima, de dezembro de 2009. Apesar do papel estratégico das compras públicas na economia verde, o *Rascunho Zero* da declaração final da Rio+20, divulgado em janeiro pela ONU, menciona o tópico apenas de passagem.

ENTREVISTA **RODRIGO C. A. LIMA**

ICONE VÊ FAZENDAS COMO GUARDIÃS DA BIODIVERSIDADE

É possível conciliar a enorme e crescente demanda por alimentos em todo o planeta com a adoção de práticas sustentáveis? Como os diversos modelos de produção podem coexistir, de forma equilibrada? A contribuição que a Rio+20 pode trazer para o equacionamento desse problema é um dos assuntos desta entrevista com Rodrigo C. A. Lima, gerente-geral do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone).

Que tipo de compromisso a Rio+20 pode estabelecer que influencie países com grande produção agrícola, como o Brasil, a tornarem-se mais sustentáveis e amigáveis ao clima e à biodiversidade?

Um dos objetivos que começam a desenhar-se para a Rio+20 é discutir regras ou indicadores do que sejam padrões de produção e de consumo sustentáveis. Esse pode ser um dos resultados concretos da conferência.

É possível que a Rio+20 adote uma agenda que inicie um processo de negociação, porque isso é muito amplo. É necessário haver pelo menos uma linha de princípios básicos, mas a discussão sobre os detalhes do que seriam esses padrões ocorreria em um processo futuro de negociação.

A agricultura brasileira pode ser desenvolvida de maneira sustentável e sem aumentar o desmatamento?

As propriedades privadas no Brasil possuem florestas. São mais ou menos 250 milhões de hectares de vegetação. E essas áreas de preservação permanente (APPs) e de reserva legal são fundamentais para conservar a biodiversidade – que é o conceito delas tanto no Código Florestal atual quanto no que está em discussão. Um segundo elemento é o Plano ABC (*Agricultura de Baixo Carbono)*, que são tecnologias bastante conhecidas: fazer plantio direto, integração lavoura-pecuária e plantar mais florestas para resolver a questão do carvão vegetal renovável. O grande desafio é dar escala a essas ações. E o ponto-chave é a recuperação de pastagens e outras áreas agrícolas degradadas. O Brasil possui ao menos 40 milhões de hectares de área aberta que pode ser recuperada para a atividade produtiva nas próximas décadas.

A erradicação da pobreza será um dos temas da Rio+20. O senhor acredita que os objetivos do agronegócio sejam compatíveis com o atendimento das demandas de segmentos historicamente excluídos, como quilombolas e indígenas?

Eu não só entendo que é possível como é necessário. Isso certamente vai aparecer na Rio+20: visões de que uma agricultura é a correta e a outra é a errada. Se no Brasil existe agronegócio, agricultura familiar, assentamento, quilombolas, índios, orgânicos, transgênicos, são interesses distintos, mas são modelos que precisam coexistir. Entendo que a questão é um ponto de equilíbrio entre esses modelos.

Como o Icone vê a proposta de criação de uma Organização Mundial do Meio Ambiente?

Os europeus querem criar uma "OMC" (*Organização Mundial do Comércio*) para meio ambiente, o que entra naquela ideia de governança ambiental. Penso que a discussão é válida, mas é importante lembrar que economia verde ou desenvolvimento sustentável só faz sentido na medida em que considere as características de cada país, sem receita única. A pressão vinda de fora é pelo desmatamento zero, mas ninguém considera o que a gente tem de florestas nas fazendas. Então por que esse modelo brasileiro não se torna o padrão? Ninguém vai querer, porque vão ter de plantar floresta onde todo mundo já desmatou. Mas por que isso não é reconhecido como um elemento de desenvolvimento sustentável da agricultura brasileira? **(FC)**